



ACÓRDÃO Nº 685/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11552/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Carlos Fábio Braga Monteiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 230/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA. Exercício de 2015.

Regularidade. Quitação. Determinação.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Carlos Fábio Braga Monteiro**, responsável pelo Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA, no curso do exercício 2015, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Dar Quitação** ao **Sr. Carlos Fábio Braga Monteiro**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.3. **Determinar** ao Órgão de Controle Externo competente que observe, no âmbito das Contas do Convênio nº 027/2014 (Prestação de Contas), firmado entre o MPE e a Fundação Amazônica de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Desembargador Paulo dos Anjos Feitoza,



ACÓRDÃO Nº 685/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

se houve a correta execução dos serviços contratados e o atingimento dos compromissos assumidos, uma vez que envolvem valores estaduais do FPROVITA.

10.4. Determinar que seja recomendado à atual gestão do Fundo que, caso ainda não tenha sido implementado, seja criado o Conselho Diretor, responsável pela administração do Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA, aos moldes do que estabelece o art. 6º da Lei n.º 4027/2014, bem como por examinar e aprovar o Relatório Anual das Atividades e a Prestação de Contas do Fundo.

10.5. Arquivar o presente processo após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral